Temporalidades

A legitimação épica do Império Negro: Marcus Rainsford e o debate das Luzes britânicas sobre a Revolução Haitiana[1]

The epic legitimation of the Black Empire: Marcus Rainsford and the British Enlightenment debate over the Haitian Revolution

Felipe Oliverio Bergonso
Mestrando em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
felipeoliverio@usp.br

Recebido: 13/04/2026
Aprovado: 13/11/2026

Resumo: O presente artigo investiga, sob a ótica da História Intelectual, a operação discursiva realizada pelo escritor e militar Marcus Rainsford para legitimar a Revolução Haitiana no ambiente britânico. A tese central é a de que Rainsford, valendo-se da retórica épica, insere os acontecimentos de São Domingos no cânone clássico e tradicional, em continuidade com o "espírito de liberdade" da Revolução Gloriosa e em contraste com a Revolução Francesa, vista como degenerada em licenciosidade. O trabalho também examina debates selecionados na Câmara dos Comuns no final da década de 1790 sobre a guerra contra a França e a ocupação britânica de São Domingos, mapeando as diferentes linguagens mobilizadas e os grupos políticos diversos que se apresentam. Por fim, o texto evidencia como a complexificação de certas categorias rígidas — "revolucionário", "contrarrevolucionário", "radical", "conservador" etc. —, ao demonstrar sua maleabilidade discursiva, traz implicações historiográficas mais amplas e aponta para a plasticidade retórica do chamado Iluminismo Insular.

Palavras-chave: Marcus Rainsford; Revolução Haitiana; Iluminismo britânico.

Abstract: This article investigates, from the perspective of Intellectual History, the discursive operation carried out by the writer and soldier Marcus Rainsford to legitimate the Haitian Revolution within the British context. The central thesis is that, by employing epic rhetoric, Rainsford inserts the events of Saint-Domingue in the classical and traditional canon, establishing a continuity with the "spirit of liberty" of the Glorious Revolution while contrasting it with the French Revolution, which he depicts as degenerated into licentiousness. The study also examines selected debates in the House

[1] Este trabalho foi desenvolvido com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sendo resultado dos desdobramentos de uma Iniciação Científica (processo nº 2025/04078-1) e de pesquisas em andamento no âmbito do Mestrado em História Social (processo nº 2026/02600-5), ambas vinculadas à Universidade de São Paulo (USP) e desenvolvidas sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho.
Este artigo também é resultado de duas disciplinas de pós-graduação oferecidas na Universidade de São Paulo em 2025: FLH5928 ("A Cultura do Iluminismo na Historiografia Contemporânea"), ministrada pela Profa. Dra. Íris Kantor e pelo Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho, e FLF5312 ("As Mulheres e o Discurso dos Direitos na França Revolucionária"), ministrada pela Profa. Dra. Eunice Ostrensky. Sou especialmente grato aos professores Daniel e Eunice pelo suporte contínuo e pela leitura atenta de diferentes versões deste texto.

of Commons in the late 1790s regarding the war with France and the British occupation of Saint-Domingue, mapping the various political groups involved and the different languages they mobilized. Ultimately, this research demonstrates how the complexification of certain rigid categories—'revolutionary', 'counter-revolutionary', 'radical', 'conservative', etc.—, highlights their discursive malleability, bringing broader historiographical implications and pointing to the rhetorical plasticity of the so-called Insular Enlightenment.

Keywords: Marcus Rainsford; Haitian Revolution; British Enlightenment.

Introdução

Ao discutir as posições britânicas acerca da Revolução Francesa, é comum que se considerem certas dicotomias, como posições "conservadoras" (muitas vezes representadas pelas figuras de Edmund Burke e do primeiro-ministro William Pitt) em oposição a posições "progressistas" e revolucionárias (como Richard Price, Mary Wollstonecraft, Joseph Priestley etc.). No entanto, essa simplificação das opiniões políticas da época não somente pode eclipsar uma ampla camada de posições e de intenções nos discursos sobre a Era das Revoluções, como também tende a desconsiderar como os diferentes acontecimentos na Europa e no outro lado do Oceano Atlântico ao longo da década de 1790 também atingiram e modificaram diretamente a percepção pública da Revolução. O caso inglês aparece, assim, como uma oportunidade de combater a "mitologia das doutrinas", como classificada por Quentin Skinner[2], complexificando as diferentes posições do discurso político público da época, especialmente após a circulação das notícias sobre a morte do Rei Luís XVI e sobre os "horrores" em São Domingos.

O presente trabalho propõe-se a uma breve contribuição a essa tarefa, a partir de uma análise da trajetória do escritor e militar britânico Marcus Rainsford (1750-1817), conhecido especialmente por sua maior obra, *An Historical Account of the Black Empire of Hayti* (Rainsford, 1805). O enfoque da investigação está na utilização dada por Rainsford de uma linguagem política tradicional e de um recurso estético clássico para a legitimação de um conteúdo "radical" — a Revolução Haitiana. Ao participar da ocupação militar de São Domingos, Rainsford oferece uma perspectiva que complexifica a dicotomia analítica entre intelectuais "revolucionários" e "contrarrevolucionários". O

[2] De acordo com Skinner, a "mitologia das doutrinas" é aquela em que o historiador espera uma doutrina específica na enunciação de certo autor como algo constitutivo do sujeito. Na aplicação aqui dada, está em procurar rótulos e classificações estanques nos escritos de certo enunciador, como se o "modelo" esperado *a priori* definisse teleologicamente um posicionamento. Ver Skinner, 2002, pp. 59-67.

estudo de sua obra demonstra como ele utiliza a plasticidade de certas categorias políticas tradicionais para narrar a ascensão e legitimar o "Império Negro"[3].

Por "legitimação", entende-se o conjunto de estratégias discursivas por meio das quais determinados atores procuraram tornar aceitáveis práticas ou eventos considerados problemáticos em seu contexto (Skinner, 2002, p. 148). A noção mobilizada aqui dialoga, em termos gerais, com a formulação de Max Weber, para quem a estabilidade de formas de autoridade depende de sua capacidade de se afirmar como legítimas e de serem reconhecidas como tal (Weber, 2015, pp. 139-142). No entanto, este artigo aproxima-se sobretudo da reformulação proposta por Quentin Skinner, que desloca o problema da legitimação para o plano das intervenções discursivas. Nesse quadro, procura-se enquadrar a atuação de Rainsford àquilo que Skinner denominou "ideólogos inovadores", isto é, agentes que procuram legitimar ações controversas por meio da mobilização e adaptação de linguagens políticas disponíveis (Skinner, 2002, pp. 148-150). Ou seja, em lugar de uma redefinição sistemática de conceitos, defendo que o caso de Rainsford sugere uma operação distinta: a tradução e recombinação de vocabulários políticos já estabelecidos, inscritos em tradições discursivas específicas, com usos para além de suas convenções linguísticas. Assim configura-se uma "inovação" que opera não pela criação de novos conceitos, mas pela rearticulação de linguagens já disponíveis[4]. Sua tentativa de tornar inteligível a Revolução Haitiana apoia-se, assim, em linguagens políticas tradicionais associadas à experiência histórica britânica, à retórica da Revolução Gloriosa e a referências clássicas. É a partir dessa operação que o artigo procura compreender a forma específica de legitimação mobilizada por Rainsford.

A partir da investigação de algumas dessas posições na perspectiva britânica, o presente trabalho pretende complexificar as categorias de "revolucionário" e de "contrarrevolucionário", mostrando como, no contexto das guerras revolucionárias do final do século XVIII, tais classificações não operavam como posições estanques. A trajetória de Marcus Rainsford evidencia que o apoio ou a rejeição a determinados processos revolucionários não implicava necessariamente uma adesão coerente a um conjunto fixo de princípios, mas podia variar de acordo com os contextos políticos, as linguagens disponíveis e os problemas específicos enfrentados pelos atores históricos

[3] O termo "Black Empire" é de Rainsford. Utilizado ao longo da obra mas, mais significativamente, no título de *An Historical Account*. Todas as traduções de obras em língua estrangeira presentes neste artigo são de minha autoria, salvo indicação em contrário.

[4] Para os vocabulários de "linguagens", "tradição discursiva" e "inovação" apropriados e para uma delimitação da abordagem de História do Pensamento Político aplicada ao longo deste trabalho, ver Pocock, 1985, pp. 4-6, 12-21.

durante a Era das Revoluções Atlânticas, especialmente após o início da insurreição de negros escravizados e livres em São Domingos (desde 1791) e do "período do terror" (1793-1794) na França revolucionária.

De acordo com o autor René Koekkoek (2020, p. 12), no livro *The Citizenship Experiment*, com foco nas perspectivas norte-americana, francesa e holandesa, esses eventos revolucionários transformaram-se em pontos de referência compartilhados transnacionalmente, gerando dificuldades e ansiedades nas noções de natureza e nos limites das concepções internas de cidadania e de participação política. A utilização do artifício explicativo de Koekkoek aplicado ao mundo britânico é especialmente interessante por tratar-se de um país que não passou por uma revolução no final do século XVIII — pelo menos em seus sentidos políticos mais comuns na época, seja em "revolução de governo", "limitada" ou "total" (Perl-Rosenthal, 2023). Com isso, a manipulação de certas linguagens das Revoluções Atlânticas no ambiente britânico, seja para apropriá-las ou negá-las, escancara posições contraditórias que não necessariamente nos levam à dicotomia entre "revolucionários" ou "contrarrevolucionários", reforçando a "natureza ambivalente" e "essencialmente contestada" das linguagens políticas (Pocock, 1985, pp. 8-9).

O presente trabalho propõe, portanto, uma análise conjunta de duas fontes principais. A primeira é um conjunto de debates na Câmara dos Comuns entre 1796 e 1797, sobre uma possível paz com a França na Guerra da Primeira Coalizão e abordando o fim da ocupação de São Domingos pelas tropas britânicas (1793-1798). O acesso a esses debates se faz a partir do conjunto de livros *The Parliamentary History of England* ([Cobbett][5], 1818a e 1818b)[6]. A segunda, foco central da análise, é uma série de trabalhos interligados de Marcus Rainsford. A articulação dessas fontes permite compreender como, a partir das linguagens políticas presentes no debate parlamentar sobre a ocupação, se destaca a inovação de Rainsford no jogo político do final do século XVIII: um espaço onde a retórica de aparente conservação da ordem e da história pôde, paradoxalmente para interpretações posteriores, ser utilizada para legitimar a revolução de maior radicalidade.

[5] A utilização de colchetes nos nomes de autores ao longo deste artigo indica que não havia autoria declarada na obra citada.

[6] Embora o *Parliamentary History* de Cobbett seja a fonte padrão para os debates dessa época, a sua consulta deve ser acompanhada do alerta de que esta obra é uma compilação posterior de relatos jornalísticos e não uma ata oficial. As reportagens parlamentares da década de 1790 privilegiavam a captura do argumento lógico em detrimento da precisão literal, o que exige uma leitura atenta às possíveis edições e sínteses realizadas pelos relatos originais e, posteriormente, pelo Cobbett e pelo seu editor, John Wright. Para uma análise das fontes de Cobbett, ver Harris, 2020, pp. 255–275. Para o papel editorial de Wright e sua interferência na composição final, ver Aspinall, 1956, pp. 227-257.

Na seção final do artigo, a partir da discussão das fontes primárias e, especialmente, da operação discursiva de Rainsford, proponho um debate historiográfico acerca do Iluminismo. Como um tema que perpassa todos os assuntos aqui discutidos, parto do problema de como enquadrar a inovação do autor em classificações comuns na historiografia das Luzes. A partir da introdução do debate em como pensar e delimitar o Iluminismo, pretendo não oferecer uma solução a ele, mas sim uma proposta metodológica de complexificação a partir das obras de J. G. A. Pocock (1999a, 1999b e 2008) e de Antoine Lilti (2024). Ou seja, contribuir à historiografia do Iluminismo, pensando-o não como um conjunto fixo e doutrinário de valores, mas sim como um repertório discursivo flexível, capaz de abarcar uma miríade de ambivalências e roupagens para diferentes performances retóricas políticas e filosóficas, da tradição à radicalidade.

Uma doença a ser contida: o debate parlamentar sobre a Ocupação (1796–1797)

Com a movimentação dos homens livres apoiadores dos ideais da Revolução Francesa em 1789 e o estouro da revolta de escravizados e "homens de cor"[7] livres excluídos da representação em 1791, instaurou-se um cenário de colapso administrativo de São Domingos (Dubois, 2004, pp. 91-131). Após a destruição causada pela revolta, a proximidade da Jamaica motivou um pedido de intervenção britânica por diversos brancos proprietários de terra, alguns pedindo uma emancipação da colônia da França e outros apenas um auxílio militar para a retomada da "tranquilidade" (Geggus, 1978, pp. 41-46). Essa ação de intervenção só foi possível após dois anos, justificada pelas tensões com a França revolucionária na recém-iniciada Guerra da Primeira Coalizão, com uma invasão que só se encerraria em 1798. De acordo com o historiador David Geggus (1978, pp. 55-56), os britânicos foram recebidos em setembro de 1793 em Jérémie com comoção pública e em Môle Saint-Nicholas com uma solene cerimônia de 21 tiros de saudação e gritos de "*Vive les Anglais*". Mas, apesar do sucesso inicial, ao controlar um terço da ilha nos primeiros oito meses (como Môle Saint-Nicholas ao norte e os portos de Saint Marc, Port-au-Prince, Léogane e Tiburon), a ocupação revelou-se incapaz de expandir seu controle territorial até a retirada final.

Como estimado por J. W. Fortescue (1906, pp. 329-336), a ocupação inicial não contou com mais de novecentos soldados efetivos, que circularam ao longo da ilha sem capacidade de firmar seu poder, algo que se manteve mesmo depois dos diversos reforços da metrópole. Contudo, o que

[7] Para análise da terminologia contemporânea, ver Daut, 2015, pp. 49-109.

expulsou os ingleses de São Domingos não foi apenas as dificuldades militares nem as graves crises de febre amarela, mas sim a intensa resistência dos inimigos dos ingleses: não só os espanhóis e os revolucionários franceses, mas especialmente também os revolucionários negros e mulatos que lutavam pela liberdade, evocando os "Direitos do Homem" na colônia. Mesmo que Geggus (1978, pp. 309-348, 361) tenha apontado que a maior taxa de mortalidade foi ocasionada pela febre amarela, ele concluiu sumariamente que o problema da mortalidade só se tornou insuperável quando a escravidão deixou de ser tolerada na mente da maioria dos negros escravizados.

O fracasso militar e estratégico da ocupação de São Domingos entrou definitivamente nas discussões políticas britânicas com o início do Diretório na França, ocasionando um esvaziamento nas justificativas para a manutenção da guerra contra o país vizinho. A partir de 1796, a Câmara dos Comuns recebeu uma série de moções por um acordo de paz com o país vizinho, acompanhadas por moções pela retirada das tropas de São Domingos. Em geral, essas moções vinham da oposição ao Governo de William Pitt, principalmente dos *New Whigs*[8], seguidores de Charles James Fox. Cada vez mais, a continuidade da guerra e a ocupação de São Domingos eram vistas como um "desperdício de sangue e tesouro próprios" ([Cobbett], 1818b, p. 580), como afirmado na proposta de 1797 do parlamentar St. John, acusando diretamente o primeiro-ministro e o Secretário de Estado, Henry Dundas. No entanto, uma comparação direta entre algumas dessas moções, inclusive quando debatidas pelas mesmas figuras, mostra, na maioria dos casos, justificativas por princípios diferentes. Para ilustrar essas divergências, aqui utilizaremos excertos de dois debates: o primeiro de 15 de fevereiro de 1796, com a moção de Charles Grey por uma negociação de paz com a França (*id.*, 1818a, pp. 715-737); e o segundo de 18 de maio de 1797 — já citado — de St. John pela retirada das tropas de São Domingos (*id.*, 1818b, pp. 576-594).

A primeira moção, pedindo um acordo de paz com a França, foi proposta por Charles Grey, seguidor de Charles James Fox e futuro primeiro-ministro britânico. Boa parte dos *Whigs* se uniu àqueles que apoiaram o reconhecimento da Independência dos Estados Unidos no início dos anos 1780, mas essa coalizão não aguentou as novas tensões geradas pelo debate sobre a Revolução Francesa. Por volta de 1791, o universo político parlamentar — no qual quase todos os atores ainda reivindicavam, em maior ou menor grau, a herança ideológica *Whig* — dividiu-se em três grandes blocos que já estavam tensionados desde 1789: os *Foxites*, ala aristocrática seguidora de Charles James

[8] Aqui utilizo os termos dados de forma pejorativa por Edmund Burke em seu texto *An Appeal from the New to the Old Whigs, in Consequence of Some Late Discussion* (1791), como citado, analisado e utilizado em Mori, 2000, pp. 1-30.

Fox, oposição apoiadora de reformas parlamentares e favoráveis à Revolução Francesa (especialmente em seu início); os *Portland Whigs*, parte da oposição que se aproximou ao Governo com a radicalização da Revolução mas que ainda relutava em romper com Fox; e os *Pittites*, base de apoio parlamentar ao ministério de Pitt. Já no ano de 1793, com a união dos *Portland* aos setores parlamentares "conservadores" (a base *Pittite* e os *Old Whigs* seguidores de Edmund Burke), os *Foxites* ficaram completamente isolados no Parlamento, contando com um número próximo de apenas 60 membros na Câmara dos Comuns (Mori, 2000, pp. 2-16). Mesmo que apoiado por uma minoria, a palavra de Fox continuou de grande peso nos debates, pintando Grey como o seu provável sucessor naquela ala mais "radical" dos parlamentares (ala que passou a autodenominar-se *True Whigs*), algo que se prova pela intensa associação imputada a eles pela ala "conservadora" de serem amigos das ideias de Thomas Paine, figura rechaçada da política e sociedade britânica após a publicação da segunda parte de *Rights Of Man*, em 1792[9].

Apesar da associação normalmente não se confirmar e os *Foxites* em maioria abominarem os ideais de Paine (Butterfield, 1949, pp. 296, 300-306), vê-se um uso entre eles da mesma linguagem que ficou associada ao autor e à sua defesa da Revolução. Ao falar do porquê a Grã-Bretanha deveria considerar a paz com os franceses, Grey argumentou que a sociedade britânica não tinha mais objeção em considerá-los uma "república una e indivisível, fundada na base da liberdade, igualdade e fraternidade", assim como fundada pelos "Direitos do Homem". Logo, o Governo não deveria relutar em reconhecê-los como legítimos ([Cobbett], 1818a, pp. 717-718). De acordo com ele, os ministros "mudaram a sua linguagem e seus princípios", já que a justificativa inicial da guerra a partir da preservação da ordem social e da tranquilidade transformou-se em promessas de paz vazias, preocupadas apenas com a manutenção de um "sistema de guerra" ganancioso (*ib.*, pp. 715-716). Fox prosseguiu a argumentação, aproveitando para apresentar uma crítica à estrutura parlamentar, afirmando que agora eles viviam em um "tempo em que o governo precisa prestar alguma atenção à opinião do povo ao qual foi designado a governar", necessidade ignorada pela ala governamental indiferente ao público que clama por paz e pelo retorno do "espírito de moderação" dos britânicos. O líder da oposição terminou sua fala chamando a atenção para a força das expressões utilizadas: "eu digo 'a República da França': porque há mais em nomes do que é de se imaginar" (*ib.*, p. 734).

[9] Um exemplo dessa associação está na gravura satírica *Tom Paine's Nightly Pest*, de James Gillray (1792). Ela pinta Paine dormindo, guardado pelos seus "anjos" Charles James Fox e Joseph Priestley.

As diferentes linguagens eram uma preocupação também da ala do Governo. Pitt respondeu a Grey primeiro, deixando claro que suas ideias se distinguem diametralmente de muitos dos princípios que o oposicionista colocou como bases de sua argumentação (*ib.*, p. 720), ironizando o uso de "Direitos do Homem". Para o primeiro-ministro, a impossibilidade de paz naquele momento parte de uma manutenção da honra. Cedê-la seria "abandonar aquilo pelo qual nossos ancestrais lutaram tão bravamente" (*ib.*, pp. 725-726), ou seja, o "espírito de moderação". Assim, vê-se que o principal embate entre esses grupos não estava na apropriação ou não de um certo princípio, mas sim na disputa entre a sua "novidade" e a sua "tradicionalidade". Para Grey e Fox, aqueles "novos tempos" chamavam por uma argumentação republicana que reconhecesse os fundamentos de qualquer governo nos "Direitos do Homem" e na força da "opinião do povo". Para Pitt e boa parte dos lealistas, argumentar a partir dos "Direitos do Homem" nada mais era do uma referência a uma novidade abominável, diretamente relacionada aos ideais de Paine e ao que a França Revolucionária representava: a quebra com o passado. Portanto, as argumentações de ambos os lados pela interrupção ou continuidade da guerra se baseavam em um conflito entre princípios "novos" e "antigos", "revolucionários" (ou "reformistas") e "tradicionais", assim como na tensão em definir esse "espírito de moderação", mutuamente apropriado, mesmo que com objetivos opostos. Entre eles, sem dúvidas, a maioria parlamentar estava com o "tradicional", que contou com 189 votos, contra 50 da oposição (*ib.*, p. 736).

O debate do ano seguinte sobre o fracasso da ocupação militar britânica, pedindo a retirada das tropas de São Domingos, também partiu de um *Foxite Whig*. De acordo com St. John, autor da moção, a ocupação iniciou-se com a expectativa do apoio dos habitantes brancos da ilha. No entanto, estes estavam animados pelo mesmo "espírito da liberdade" que atingia a metrópole, recusando-se a aderir a uma operação que se posicionava, justamente, de forma "oposta a esses princípios" (*id.*, 1818b, pp. 578-579). Entretanto, o que estava aos poucos expelindo os soldados britânicos da ilha não eram os brancos, mas sim a grande massa de 40 mil "negros revoltados" com "vigor e energia" que "desejavam para eles a liberdade" declarada pelos livres (*ib.*, p. 579). Na guerra mais mal conduzida da história inglesa (*ib.*, pp. 577, 581), esses revoltosos formavam a "confederação mais formidável" contra os britânicos "que a Europa já testemunhou" (*ib.*, p. 577). Evidencia-se, assim, uma assimetria na retórica de St. John: o chamado "espírito da liberdade" era um privilégio exclusivo dos colonos brancos, restando aos habitantes negros o estigma de meros "revoltados" que pleiteavam uma emancipação outorgada nos moldes metropolitanos.

Em resposta, o secretário Henry Dundas esclareceu que a estratégia de tomar São Domingos era similar à da Guerra dos Sete Anos, na qual os britânicos tomaram o Canadá, a Martinica, Santa Lúcia etc. dos franceses para utilizá-los como moeda de troca no Tratado de Paris (1763); para além de diminuir o poderio marítimo francês, tomando a sua principal fonte de renda (*ib.*, pp. 581-583). De acordo com ele, o sentido principal da ocupação foi, desde o início, a manutenção das possessões coloniais britânicas nas Antilhas, uma guerra de defesa contra a extensão à Jamaica do "sistema de insurreição" instalado entre os negros de São Domingos (*ib.*, pp. 582, 585). Observa-se então, na fala de Dundas, um discurso muito próximo ao da justificativa da manutenção da guerra contra a França, aproximando os revolucionários franceses e haitianos como parte do mesmo vagante "sistema de insurreição".

O objetivo declarado de Dundas era que a posse de São Domingos pelos britânicos salvaria a Jamaica do que ocorreu em 1795 em Granada, sob a insurreição revolucionária de Julien Fédon. A partir disso, ele formulou uma incisiva questão retórica: a "Grã-Bretanha poderia permanecer um espectador indiferente a um corpo de 5000 negros insurgentes com poder incontrolado, em uma ilha adjacente às suas colônias?" (*ib.*, p. 584). Após a fala, foi prontamente apoiado por Bryan Edwards, parlamentar proprietário de terras coloniais e reconhecido autor de livros sobre a história das Antilhas, o qual confirmou o desespero dos colonos franceses que pediam a intervenção desde 1791. No entanto, ao concluir, Edwards previu que nem toda a Europa "poderia impedir São Domingos de se tornar uma *colônia* negra" (*ib.*, pp. 587-588, grifo próprio). Curiosamente, observa-se que a ala lealista reconhecia o estado "revolucionário" dos "negros revoltados". Em contraposição, os oradores *Foxites* comumente se esforçavam em demonstrar a exclusividade do "espírito da liberdade" aos brancos da ilha, situação apenas desejada pelos escravizados e negros livres, como meros reprodutores da cultura branca. A aproximação (no discurso lealista) e o afastamento (no discurso *Foxite*) aparecem aqui como uma estratégia discursiva para, respectivamente, denunciar e legitimar a lógica reformista ou revolucionária dos intelectuais com inspiração na Revolução Francesa.

Contrastando com Dundas, Fox sobe ao palanque para argumentar com uma chave muito próxima a que adotou no ano anterior contra Pitt. É estranho que uma "guerra começada em 1793 seja precisamente conduzida nos mesmos princípios de uma terminada em 1763" (*ib.*). Mesmo sem uma solução explícita, Fox é a favor da retirada porque a vê como uma extensão da Guerra da Primeira Coalizão e, por conseguinte, uma guerra não justificável. O discurso, no entanto, não partiu de ideais como no caso francês, mas sim de um fundamento prático.

Os argumentos mais polêmicos, curiosamente, não partiram da ala mais "radical" dos deputados, mas dos parlamentares abolicionistas independentes, comumente apoiadores do Governo de Pitt. Similar a Fox, o ativista independente abolicionista William Wilberforce — amigo e apoiador de Pitt — se levantou para dizer que a estratégia de Dundas é errada justamente porque se justifica por princípios antigos que, embora certos anteriormente, não se adaptavam aos tempos presentes. De acordo com ele, a estratégia correta seria assegurar as possessões que já possuíam, garantindo um melhor tratamento aos escravizados para que não tenham motivos para acatar os ideais franceses, os mesmos dos insurgentes de São Domingos (*ib.*, p. 586). Mesmo que Wilberforce tenha votado contra a moção (reforçando o seu alinhamento com Pitt), a sua conclusão levantou o problema mais radical entre os apresentados: o estado dos escravizados nas colônias francesas não é mais o de antigamente, quando eles "abaixavam a cabeça" para o que acontecia; eles agora "mantêm-se eretos e influenciam suas próprias direções" (*ib.*, p. 587). Ecoando Wilberforce, seu aliado William Smith votou a favor da moção utilizando-se de uma palavra-chave: a "*revolução* entre os negros" foi justamente causada pela violência e pelos horrores que eles sofrem nessas colônias, resultando em uma situação de "crueldade mútua" praticada entre os brancos e negros em São Domingos (*ib.*, p. 594). Mesmo com a argumentação extensa contrária ao Governo, a Casa novamente tendeu em uma proporção ainda maior para a negativa da moção (*ib.*).

A Revolução Haitiana como fundação clássica: a inovação de Marcus Rainsford

Enquanto São Domingos era comumente tratado no Parlamento como uma questão estratégica, logística ou até sanitária (como uma "doença" a ser contida), para o historiador e militar Marcus Rainsford, o argumento partia por outros caminhos. Um dos pontos de destaque em suas obras sobre a Revolução Haitiana está na justificativa de suas opiniões a partir da experiência prática, como em seu primeiro panfleto sobre o tema de janeiro de 1802. Em *A Memoir of Transactions that took place in St. Domingo, in the Spring of 1799* (Rainsford, 1802a), Rainsford aponta que a sua vivência nas Antilhas[10] lhe dava uma "oportunidade peculiar de julgamento", na qual a autenticidade da "pena de um Soldado" [11] (*ib.*, n. p. [*Advertisement*]) suplantará as possíveis "decorações de estilo" (*ib.*, pp. 2-3). No entanto, apesar de alegar simplicidade como recurso retórico que reforça a veracidade de seu

[10] Para uma narrativa e pesquisa historiográfica da biografia de Rainsford, ver Pierrot; Youngquist, 2013, pp. xxiv-xxxiii. Para o relato biográfico do próprio autor, ver Rainsford, 1802a, pp. 3-31.

[11] É interessante notar que Rainsford lutou em guerras pela Grã-Bretanha como contrarrevolucionária na Revolução Americana, na Revolução Batava e nas insurreições no Caribe.

relato, Rainsford recombina as linguagens políticas convencionais, recorrendo à literatura e à história clássicas como meio de classificar a grandeza da revolução de São Domingos, elevando-a ao parâmetro de "tradição". Como apontado pelos autores Grégory Pierrot e Paul Youngquist (2013, p. xxxv), o relato de Rainsford sobre a Revolução Haitiana tinha pretensões de uma história épica e heróica. Ao mesmo tempo, nestas obras, o autor não hesitou em apontar um "espírito revolucionário" em seus insurgentes e em classificar o que ocorria em São Domingos como uma "Revolução" (Rainsford, 1805, especialmente pp. 95-108), mas, crucialmente, sem recorrer ao discurso abolicionista (*ib*., p. 415)[12]. A retórica do relato épico já havia sido utilizada pelo militar em um texto anterior ao formular a sua teoria do que era uma revolução "justificável" e exemplar, a Revolução Gloriosa.

Em 1791, contando com uma adição significativa em 1800 e uma edição definitiva em 1801 (na qual a autoria foi declarada), Rainsford publicou a sua narração em epopeia da Revolução de 1688, intitulada *The Revolution, or Britain Delivered*[13]. Nessa coleção de seis cantos, o autor propõe uma narrativa épica com promessa de fidelidade histórica, na qual reserva a Guilherme de Orange o papel de "herói" e o de "vilões" a Jaime II (visto como um atraso tirânico à liberdade) e a Cromwell (visto como o excesso, a representação da violência). Uma comparação que marca todo o enredo e argumento da obra aparece logo em seu início: "THE Man I sing, who arm'd in Britain's cause, / Fix'd the fair bulwark of her Patriot Laws,"[14] ([Rainsford], 1800, p. 1), trecho que o autor intitula como a "Invocação da Liberdade" [*Invocation of Freedom*]. O primeiro verso foi composto em referência à epopeia clássica que o eu lírico evoca em diversos momentos do livro, a *Eneida* de Virgílio. O clássico da Roma Antiga tem em sua abertura o seguinte verso: "Armas canto, e o varão que, lá de Tróia / Prófugo, à Itália e de Lavino às praias / Trouxe-o primeiro o fado…"[15] (Virgílio, 2017). A intenção de referência à *Eneida* em *The Revolution* fica ainda mais provável pela semelhança

[12] O tema da abolição é pouco tratado por Rainsford, porém, ao falar sobre escravidão, costuma defender a bondade dos colonos britânicos: "[...] nos últimos anos tornou-se moda considerar o caráter de um fazendeiro [*planter*] como depreciativo da humanidade e incapaz de se misturar com qualquer das qualidades que melhoram a condição da espécie; toda oportunidade que tive de julgar tendeu a me convencer do contrário". No original: "[...] it has of late years been the fashion to consider the character of a planter as derogatory to humanity, and incapable of being blended with any of those qualities that ameliorate the condition of the species, every opportunity which I have had of judging has tended to convince me of the contrary" (Rainsford, 1805, p. 415). No entanto, crucialmente, não condena o direito dos escravizados das colônias francesas de se rebelar, visto que estes se encontravam em uma situação consideravelmente pior que a das terras britânicas. Para essa diferenciação, ver Rainsford, 1805, pp. 87-88, 103-104.

[13] Para a primeira edição, que conta com apenas o primeiro canto, ver [Rainsford], 1791. Para a segunda, com seis cantos, prometendo dez, ver [Rainsford], 1800. Para a edição definitiva, finalizada em seis cantos e com a autoria assumida, ver Rainsford, 1801.

[14] "O Homem que canto, que, armado pela causa da Bretanha, fixou a bela fortaleza de suas Leis Patrióticas".

[15] No original: "Arma virumque cano Trojae qui primus ab oris / Italiam, fato profugus, Lavinaque venit / Littora… ".

da obra com o início da tradução ao inglês de John Dryden, de 1697, consultada por Rainsford: "ARMS, and the man I sing" (Virgílio, 1697, p. 201). Como citarei mais à frente, a consulta da edição de Dryden é explícita em outras referências à *Eneida* por Rainsford.

Para além da apropriação estética, argumento que a conexão narrativa com a *Eneida* é estrutural para *The Revolution*. Na obra, Guilherme de Orange é apresentado como aquele que, assim como Eneias, parte de fora (dos Países Baixos) para realizar uma fundação. Como o protagonista da *Eneida* dá as bases da fundação de Roma, Guilherme III e a Revolução Gloriosa marcam a "fundação dos princípios de Revolução"[16] ([Rainsford], 1800, p. v), ao recuperar, estabelecer e "consertar" a liberdade da Grã-Bretanha. Em seus termos, o país, tiranizado pelas superstições católicas dos Stuart (*ib*., pp. 2, 128, 238) e pelo fanatismo violento e hipócrita de Cromwell (*ib*., pp. 37, 103), foi libertado por Guilherme de Orange, que levantou sua espada pelos "Direitos do Homem" e pelas "primeiras leis da natureza"[17] (*ib*., p. 20). No argumento, destaca-se o vocabulário jusnaturalista. A conexão novamente se explicita pela citação direta à obra de Virgílio no frontispício das edições de 1800 e 1801: "TROS TYRIUSQUE MIHI NULLO DISCRIMINE AGETUR" — "Troiano e Tírio serão tratados por mim sem discriminação"[18] — ([Rainsford], 1800; Rainsford, 1801). Possivelmente, a analogia do excerto serve à narrativa como uma ode à tolerância política e religiosa (entre Protestantes). Como na fala da Rainha Dido, Guilherme III, a partir de 1688, pôde governar acima das facções (*Whigs* e *Tories*, Anglicanos e Dissidentes), agindo sem discriminação.

Para o objetivo aqui proposto, o mais interessante está em uma conexão muito sutil — mas de grande significado — entre *The Revolution* e *An Historical Account of the Black Empire of Hayti* (1805) que, de acordo com Pierrot e Youngquist (2013, p. xxxv), comprova que os textos pertenciam a um mesmo projeto. A dedicatória de *The Revolution*, em todas as suas edições, começa com a seguinte sentença: "Tem sido o destino característico desses grandes eventos, que mudaram o estado de um Governo, receber sempre apenas uma parte do louvor a que têm direito"[19] ([Rainsford], 1800, p. i). De maneira muito similar, o texto sobre a Revolução Haitiana de 1805 dá início à sua introdução:

[16] "Those bold and indisputable truths, which form the foundation of Revolution principles, will be found everywhere to pervade it, and intitle it in a particular manner to the patronage of every lover of his Country".

[17] "Thy virtuous sword uprais'd in Britain's cause, / Man's Right's asserts, and nature's first taught laws: / Success shall there thy favor'd arm await,".

[18] Na tradução de John Dryden, ele optou pela omissão da tradução literal latina para uma versão mais condensada e livre: "*Or, wou'd you ſtay, and joyn your friendly Pow'rs, / To raiſe and to defend the Tyrian Tow'rs; / My Wealth, my City, and my Self are yours*" (Virgílio, 1697, p. 225). Como a citação utilizada por Rainsford corresponde ao original em latim, optei por uma tradução literal própria.

[19] "*It has been the distinguishing fate of those great events, which have changed the state of a Government, to receive always but part of the praise to which they are entitled*".

"Tem sido frequentemente o destino desses eventos marcantes, e particularmente daqueles que alteraram a condição da humanidade, ter negada, por seus contemporâneos, a consideração que eles obtêm da veneração da posteridade"[20] (Rainsford, 1805, p. iv). Comparando os dois trechos, vê-se um compartilhamento muito provavelmente proposital entre eles, no qual o segundo evento não apenas mudou o "estado de um Governo", como alterou a "condição da humanidade".

A conexão entre os projetos também se manifesta em outras referências diretas a Virgílio. A *Eneida* aparece novamente no frontispício da segunda edição de um texto intitulado *St. Domingo, or an Historical, Political and Military Sketch of The Black Republic* (Rainsford, 1802b), publicado em 1802 com a seguinte passagem:

> And now the Trojan Troops,
> Presuming on their strength, the Gates unbar,
> And of their own accord invite the war.
> Arm'd on the right and on the left they stand,
> And flank the passage,
> In flows a tide of Latins, when they see
> The gate set open and the passage free.
> But soon repuls'd, they fly,
> Or in the well-defenced pass they die.[21]
> Virg, Dryd[22]. (Rainsford, 1802b, n. p.)

No livro, Rainsford faz um balanço da Revolução Haitiana, apresentando os aspectos militares mais recentes até então, ainda antes da prisão de Toussaint Louverture (ocorrida em junho do mesmo ano). Um dos objetivos principais a que o autor se propõe com o texto é demonstrar como a figura de Louverture é o "mais civilizado revolucionista"[23] (*ib.*, p. 6), apesar de ser uma figura difamada, distorcida e — junto da "alta civilização"[24] (*ib.*, p. 17) de São Domingos — "atacada de todo *coffee-house*"[25] (*ib.*, p. 5). A escolha desse trecho da *Eneida* pode ser interpretada a partir de uma crítica explícita que Rainsford fez à operação militar do general Charles Leclerc (cunhado de Napoleão Bonaparte), prevendo a futura derrota para o exército negro (*ib.*, pp. 56-57); assim como

[20] "*It has frequently been the fate of striking events, and particularly those which have altered the condition of mankind, to be denied that consideration by their cotemporaries [sic], which they obtain from the veneration of posterity*".

[21] "E agora as tropas troianas, / Presumindo de sua força, destrancam os portões, / E por vontade própria convidam a guerra. / Armados à direita e à esquerda eles se posicionam, / E flanqueiam a passagem, / Para dentro flui uma maré de Latinos, quando veem / O portão aberto e a passagem livre: / Mas logo repelidos, eles fogem, / Ou na passagem bem defendida eles morrem." Tradução própria.

[22] "*Dryd*" é uma referência à clássica tradução de John Dryden, reforçando que a versão foi utilizada pelo autor.

[23] "[...] most civilized revolutionist". Optei pelo uso de "revolucionista", ao invés do mais habitual ("revolucionário") para manter a fidelidade à citação original.

[24] "In a country like this, full of commerce, wealth, *and high civilization!*". Grifo do autor, demonstrando o destaque dado por ele à civilização haitiana como venerável.

[25] "Toussaint became familiar on the Parade, and St. Domingo was attacked from every coffee-house".

uma crítica velada[26] à ocupação pelos britânicos que acabara em 1798 (*ib*., pp. 25-27, 57-58). Se interpretado desta forma, o escritor faz uma operação de tensionamento da imagem convencional dos insurgentes de São Domingos nos discursos anglófonos contemporâneos, elevando-os à tradição clássica. Ao interpretar o exército negro como as tropas troianas, invadidas pelos latinos (na comparação, os franceses), que, confiante em seus soldados de tamanha força, "boa disciplina" e "espírito de bravura" e de "liberdade" (*ib*., pp. 52, 55), não deixou alternativa restante aos inimigos para além de fugir ou morrer adentrando a ilha. De acordo com Rainsford, a situação colocou Leclerc em paralelo com Macbeth (Shakespeare): "There is no going hence, nor tarrying here"[27] (*ib*., p. 57).

No mesmo ano, na terceira edição do texto, intitulada *St. Domingo, or an Historical, Political and Military Sketch of the Projected Black Republic* (1802c), o autor troca a citação do início para uma que dialoga bem com a situação da ilha após a prisão de Toussaint:

> The God of Battles, in his angry mood,—
> Lets loose the reins, and scours along the field.
> WRATH, TERROR, TREASON, TUMULT and DESPAIR.
> Dire faces, and deform'd, surround the car.[28]
> Virg, Dryd. (Rainsford, 1802c, p. 1)

Essa terceira edição, como explicada por Rainsford em sua introdução, foi feita para atualizar as informações após a rendição de Toussaint (*ib*., p. 3). De acordo com o posfácio adicionado nessa edição, datado de primeiro de agosto do mesmo ano, os fatos ocorridos em São Domingos confirmavam a previsão de Rainsford: Toussaint era invulnerável a quase todos os poderes da França, menos a sua "política sutil" (*ib*., pp. 63-64). O autor é claro ao afirmar que Toussaint foi uma vítima da armadilha política consular. De acordo com ele, quando o exército francês percebeu que não poderia suportar por muito mais tempo, ofereceu a paz; mas, assim que Louverture "rendeu seu poder ao francês traiçoeiro, [...] suas virtudes se tornaram crimes"[29] (*ib*., p. 65). As palavras destacadas em caixa alta na passagem indicam o tom catastrófico da apropriação. São momentos tomados de terror, desespero, tumulto e, obviamente, traição; porém mesmo nesse cercamento, a batalha ainda continua e, novamente, com a confiança depositada no exército negro explícita na última página do

[26] Com o *An Historical Account*, essa crítica fica bem mais explícita. Ver Rainsford, 1805, p. 208.
[27] "Não adianta fugir, nem aqui permanecer".
[28] "O Deus das Batalhas, em seu humor colérico, — / Solta as rédeas, e varre o campo. / IRA, TERROR, TRAIÇÃO, TUMULTO e DESESPERO, / Faces terríveis, e deformadas, cercam a carruagem.". Tradução própria.
[29] "No sooner had he resigned his power to the insidious Frenchman, than his character assumed a different rue: his very virtues became crimes".

livro: "A política francesa foi bem-sucedida, mas São Domingo não está dominado"[30] (Rainsford, 1802c, p. 69).

Por fim, a união entre os projetos se estreita novamente em *An Historical Account*, o extenso livro de 1805. Nele, Rainsford recupera a epígrafe de Virgílio utilizada em *The Revolution*, mas com uma sutil alteração: de *Tyriusque* ("e") para *Tyriusve* ("ou"). Proposital ou não, a alteração aplicada ao novo contexto — a divisa "Troiano *ou* Tírio serão tratados por mim sem discriminação"[31] (Rainsford, 1805, n. p., destaque próprio) — sinaliza que Rainsford agora aplica sua metodologia não mais a facções políticas inglesas, mas à clivagem racial e política do Atlântico. Assim, o autor reivindica para si a autoridade de um historiador capaz de julgar a Revolução Haitiana com a mesma seriedade com que se julgam as revoluções europeias. Independentemente de ser um evento do cânone ocidental (como 1688-89) ou uma insurreição de escravizados que "contrastou o brilho" da Europa ilustrada, ambos foram tratados por Rainsford como eventos que alteraram a condição humana através de um "espírito revolucionário" genuíno e que, portanto, exigem da posteridade a mesma "veneração" (*ib*., p. 5).

Se, como aponta Robert Bell (1977, p. 43), a *Eneida* de Dryden servia aos patriotas britânicos do século XVIII como um modelo de "grandeza civilizada" e um mito de coesão nacional contra as tormentas políticas, a tese de Matthias Widmer (2016, pp. 5, 15, 24) confirma que essa tradução funcionava como um "monumento" inabalável de autoridade literária, mas em uma "leitura do poeta romano em termos primariamente políticos", relacionando-a com temas do Estado contemporâneo. Com isso, ao optar pela tradução de Dryden em *The Revolution* e em seus textos sobre o Haiti, Rainsford não apenas evocou o conteúdo imperial de Virgílio, mas apropriou-se da "versão padrão" em língua inglesa, garantindo que a insurreição negra fosse lida através da lente da mais alta tradição e estabilidade cultural britânica, e não como uma ruptura bárbara.

Ao analisar e comparar as edições de 1791 e 1800 de *The Revolution, Or Britain Delivered*, observamos como as posições do autor se desenvolveram ao longo desses nove anos repletos de acontecimentos, como a própria Revolução Haitiana, o período do terror e a ascensão de Napoleão. A data da primeira edição é contemporânea a um amplo debate inaugurado desde o centenário da

[30] "My opinion continues the same it has, and it will, receive corroboration. — French policy has been successfully exerted, but St. Domingo is not subdued".

[31] "*Tros, Tyriusve, mihi nullo discrimine agetur*". É possível que a alteração entre "*Tyriusque*" e "*Tyriusve*" seja apenas uma confusão em relação à edição da *Eneida* à disposição do editor do livro ou que seja apenas um engano de Rainsford. No entanto, considerando que ele possivelmente tinha noções de latim por ter frequentado uma universidade e citar trechos na língua, é possível que o autor aceitou o significado sutilmente diferente que agora a citação trazia.

Revolução Gloriosa que levou diretamente a discussões acaloradas sobre o caráter da Revolução Francesa. Como mostrado anteriormente nos debates parlamentares, existe um grande peso na escolha das linguagens empregadas e apropriadas. Ao evocar termos como "amigos da Liberdade", "direitos do Súdito", "espírito de Liberdade" e "direitos do gênero humano", ao mesmo tempo em que prega a "conexão inseparável entre os interesses da Coroa e do Súdito" e alerta para as "consequências infelizes" de quando isso não se verifica ([Rainsford], 1791, pp. 3-5), Rainsford não menciona a França diretamente. Contudo, a mobilização dessa linguagem universalista é decisiva. Como nos lembra Mark Philp (2014, p. 30) sobre o *Debate on France*, muitas vezes a "intenção retórica e o seu efeito eram de maior importância que os princípios" dela derivados naquele momento. Ao manter-se no vocabulário dos Direitos do Homem em 1791, Rainsford compõe um discurso que, embora moderado, se distancia de uma condenação reacionária da liberdade revolucionária.

No entanto, na edição de 1800, torna-se imperativo para Rainsford delimitar o sentido desse "espírito da liberdade" que continuava a reivindicar. Um primeiro indício dessa redefinição semântica encontra-se na inclusão de uma passagem no prefácio, na qual o autor explicita o "interesse político na história desses eventos". De acordo com ele, os "esforços Patrióticos por parte dos Súditos", revoltados com a tirania da Coroa, foram os responsáveis pela Revolução; ecoando o direito à resistência, possivelmente a partir da obra de Locke[32]. Porém adverte que, quando levados ao extremo, estes esforços "degeneram em um espírito de partido [*spirit of party*], do qual as mais nefastas consequências já ocorreram" ([Rainsford], 1800, pp. v-vi). Considerando o "interesse político" declarado e as críticas de Rainsford ao radicalismo, defendo que o trecho estabelece um paralelo direto com a "degeneração" observada no outro lado do Canal da Mancha.

Um segundo indício dessa relação pode ser encontrado na inclusão de uma gravura e de um escrito em latim no frontispício dessa segunda edição:

[32] Para a importância dessa discussão na interpretação da Revolução Gloriosa no século XVIII, ver DICKINSON, 1977, pp. 197-205, 240-258.

Figura 1: Frontispício da edição de 1800 de *The Revolution*



Fonte: [Rainsford], 1800, n. p. [Frontispício]

A gravura na parte superior do frontispício é condizente com toda a retórica da obra. Trata-se do que tudo indica ser uma representação de Guilherme de Orange, envolto em louros e iluminado pelo olho da Providência, glorificando a honra tradicional do Príncipe. Ainda mais significativo é o escrito em latim logo abaixo da gravura: "Patriæ Pater / Libertatis non Licentiæ Fautor / Britanniæ Rex" [Pai da Pátria / Promotor da Liberdade e não da Licenciosidade / Rei da Grã-Bretanha]. O uso da oposição entre "Liberdade" e "Licenciosidade" — sendo a primeira

positiva e a segunda negativa — combinado com o primeiro indício nos indica uma relação entre os "excessos patrióticos" das Revoluções Britânicas e de Cromwell e o que Rainsford considerava excessivo na Revolução Francesa. Ao transpor esse vocabulário para os textos de Rainsford sobre São Domingos (cujo projeto procurei apresentar como compartilhado entre as obras), vê-se novamente como a "causa" da liberdade e o "espírito de bravura", que na França depois degeneraram em licenciosidade, foram preservados e transmitidos da Revolução Francesa aos "revolucionistas" de São Domingos, os "Homens Livres que eles mesmo [os Franceses] criaram" (*id.*, 1802b, p. 51-53).

De acordo com a historiadora Susan Buck-Morss (2009, p. 51), ao escrever em 1805 que a "causa da Revolução Haitiana era o 'espírito de liberdade'", Marcus Rainsford inovou ao mostrar que a contaminação deste espírito também poderia cruzar a linha "entre as raças mas também entre escravos e livres", o que permitiu argumentar o "desejo por liberdade era realmente universal". Concordo com Buck-Morss ao afirmar que esse desejo por liberdade se torna universal na lógica de Rainsford. No entanto, argumento que isso ocorre não apenas pelo compartilhamento desse espírito entre escravos e livres, mas também porque ele realiza uma operação que insere a Revolução Haitiana (e a liderança de Toussaint) dentro do molde mais tradicional possível.

Retomando, à luz da operação de Rainsford, os debates parlamentares discutidos na seção anterior, observa-se que os deputados, fossem oposição ou a favor do Governo, liam a insurreição em São Domingos primordialmente como uma revolta temível contra a escravidão colonial (em seu sentido de *Chattel Slavery*), mesmo quando reconhecida como revolucionária ou de inspiração francesa. Enquanto isso, ao falar sobre a Revolução Francesa, a oposição *Foxite* apontou que o que os movia era uma disputa contra a escravidão política[33] a partir da linguagem dos "Direitos do Homem" e da "opinião do povo", associada, em parte da oposição, ao pedido de reforma parlamentar. Esse grupo argumentava que aqueles tempos inéditos exigiam novas categorias, incompatíveis com os antigos direitos defendidos por Pitt ou com a lógica de 1763, anterior à Era das Revoluções. Independentemente do grupo político, que podia ou não dar um peso diferente a essa "contaminação", esses novos princípios franceses no Caribe eram um risco para os parlamentares britânicos por ameaçarem o sistema escravista e colonial nas colônias britânicas.

[33] Para a importância da oposição à "escravidão política" na retórica *Whig*, ver Skinner, 2025, especialmente pp. 90-92. Para o tensionamento comum em discursos abolicionistas da "escravidão política" e da "escravidão colonial", ver Skinner, 2025, pp. 235-239.

Essa ambivalência também permeia as discussões em torno do abolicionismo, um "campo vago e flexível, capaz de abarcar indivíduos divergentes e complementares", como apontado pela historiadora Amanda Bastos da Silva (2019, p. 81). A intervenção de Wilberforce na moção pela retirada das tropas de São Domingos exemplifica algo de extrema importância: o setor abolicionista não necessariamente compartilhava os ideais revolucionários. Pelo contrário, muitas vezes opunha-se a eles, ainda que mobilizando argumentos aparentemente idênticos e reivindicando o mesmo "espírito moderado" inglês para defender posições antagônicas. É nesse ponto que Rainsford se distancia: ele reconhece a revolução em São Domingos sem recorrer ao discurso abolicionista e a legitima por outra via, a da tradição.

No contexto destes debates, Rainsford tensiona a linguagem política como utilizada pelos atores parlamentares a partir da maleabilidade da tradicionalidade. Diferente dos "radicais", dos abolicionistas e dos *Foxites*, que viam as ações atuais ultrapassando os limites antigos, Rainsford busca na história tradicional (especialmente na Revolução Gloriosa) a legitimidade para o presente. A partir disso, o escritor rejeita qualquer ruptura radical com o passado. No entanto, ao tomar os princípios antigos e a Revolução Gloriosa como exemplares, não se une à agenda dos *Old Whigs* ou da ala governamental britânica, já que ele utiliza esses argumentos como validação para a revolução mais temida da agenda colonial dos lealistas. Mesmo que não em chave abolicionista, para Rainsford, a liberdade buscada entre os negros também vale para a escravidão colonial, mas como consequência última do "espírito revolucionário" que busca a libertação da escravidão política. Ou seja, em última instância, Rainsford não diferencia as formas de escravidão em São Domingos, vendo-as, em geral, como lutas unificadas e legítimas por uma mesma liberdade. Toussaint Louverture e a Revolução da qual, segundo Rainsford (1805, p. 250), ele seria o fundador, não devem ser temidos pela Europa (e especialmente pelos britânicos), já que a liberdade que os move é a mesma. Como Rainsford (1805, p. 250) tenta provar, os princípios de Toussaint "eram tão puros e legítimos quanto aqueles que moveram os grandes fundadores da liberdade em qualquer era ou clima anterior"[34]. Rainsford é dificilmente classificável no espectro político porque justifica a revolução "mais radical" pelos ideais "mais tradicionais". Ao narrar o Haiti pela épica fundacional, o autor não domesticou a revolução: ele a universalizou no cânone ocidental.

[34] "His principles, when becoming an actor in the revolution of his country, were as pure and legitimate, as those which actuated the great founders of liberty in any former age or clime".

Considerações finais: Rainsford e a plasticidade do Iluminismo

Como reflexão final, é interessante alargar o escopo analítico para um tema que perpassa todas as tensões até aqui discutidas: a própria natureza do Iluminismo. A operação intelectual realizada por Rainsford para legitimar o "Império Negro" desafia não apenas algumas convenções políticas de seu tempo, mas também as categorias que parte da historiografia comumente utilizou para enquadrar os personagens do Século das Luzes — "conservador", "revolucionário", "radical". Longe de pretender concluir um debate de tamanha magnitude, a proposta da presente conclusão é oferecer uma contribuição metodológica no teste desses usos. Ao discutir a trajetória de Rainsford sob essas lentes, colocamos um experimento instigante para tensionar os usos da "mitologia das doutrinas" (Skinner, 2002, pp. 59-67); um problema que, mesmo quando não nomeado dessa forma, segue como um dos nós centrais na historiografia do Iluminismo.

No clássico *Utopia e Reforma no Iluminismo*, Franco Venturi (2003, pp. 207-215, 222-225) pinta um quadro cujo centro do Iluminismo está em Paris, definido pela ação de uma *intelligentsia* independente em combate ao Antigo Regime, com um sentimento de insuficiência das reformas parciais que preparou os homens para a revolução. Nesse cenário, o autor aponta uma exceção que nos interessa em especial: o caso inglês, onde "o ritmo foi diferente" (*ib.*, p. 241). De acordo com Venturi, o país teria passado ileso pela idade das grandes reformas sem a consolidação de um *parti des philosophes* (*ib.*, p. 240-245). Essa excepcionalidade decorre, em grande medida, da estabilidade alcançada por sua estrutura política já no início do Setecentos. A partir de filósofos como Shaftesbury, o sentimento republicano não estava mais na reforma política, mas em um "entusiasmo único pela virtude", uma moral republicana que une os *Whigs* e os *Tories* em uma exaltação da monarquia moderada e da liberdade inglesa (*ib.*, p. 120-131, 139-144).

Negando a existência de um Iluminismo unificado, mas ainda em uma lente rígida, surgem vertentes como a de Jonathan Israel que propõe a existência de uma dicotomia transnacional estrita. A partir de um "contraste básico entre 'revolucionário' e 'conservador'", surge uma "dicotomia universal" (Israel, 2016, p. 122) do Iluminismo em duas correntes opostas: Iluminismo Moderado e Iluminismo Radical. O segundo, originado do spinozismo ou, no contexto inglês, do Unitarismo radical (*ib.*, p. 124-127). Se aceitarmos essa dicotomia, o posicionamento de Rainsford torna-se um enigma: ao legitimar a Revolução Haitiana, ele defende o evento mais "radical" da época, mas o faz abraçando o vocabulário "moderado". A delimitação, em 1800, do sentido do "espírito da liberdade" e sua crítica ao "espírito de partido" deveriam, sob essa ótica, sinalizar uma reação conservadora; no

entanto, Rainsford mobiliza essa mesma redefinição para, em 1802 e 1805, defender a Revolução em São Domingos. A dificuldade de enquadrar agentes históricos complexos — ecoando o que Pocock (1985, p. 276) notara sobre Thomas Paine, figura "difícil de encaixar em qualquer tipo de categoria" — revela o entrave de matrizes binárias para dar conta da Era das Revoluções.

Oposto a leituras rígidas do Iluminismo e partindo da tese de Venturi, J. G. A. Pocock desenvolve a sua proposta. De acordo com ele, em toda tese excepcionalista, o problema normalmente não está na exceção, mas na regra que estabelece. No caso de Venturi, a falha está em seu conceito de "Iluminismo" (*id.*, 1999a, pp. 126-127), definido pela presença de um *parti des philosophes,* constituído pelas relações entre poder e filosofia (*id.*, 1999b, p. 294). Em contraposição, Pocock propõe que a especificidade do que é o "Iluminismo" está em sua pluralidade, a qual não pode ser reduzida a um único processo ou em um maniqueísmo universal: não existe "*o* Iluminismo" como fenômeno único, mas sim famílias de "Iluminismos" (Francês, Escocês, Arminiano etc.), no plural (*id.*, 2008, pp. 83, 94-95). A partir dessa tese, Pocock (1999b, pp. 150-151, 296-298) aponta que a Inglaterra teve sim pelo menos um Iluminismo característico (que ele chama de "Insular"): clerical, latitudinário, tradicional e conservador do *status quo*, tensionado (porém não polarizado) entre a religião estabelecida e a dissidência. Não foi um movimento de *philosophes* contra o Estado e a Igreja (*ib.*, p. 150), mas um que muitas vezes operava na lógica dessas instituições, defendendo a história e a ordem civil contra o fanatismo; seja ele religioso ou, futuramente, revolucionário (*id.*, 1999a, pp. 128-130). Ou seja, a moral republicana denotada no "entusiasmo único pela virtude" de Shaftesbury é o próprio Iluminismo Inglês, com uma retórica politicamente moderada por excelência. A dialética de exclusão mútua não opera nesse contexto justamente porque "Luzes" e "tradição" não eram opostas (*ib.*, pp. 132-134, 136-138). Não por acaso, a Providência que ilumina Guilherme no frontispício (Imagem 1), o fanatismo atribuído a Cromwell e a oposição entre liberdade e licenciosidade aproximam Rainsford dessa retórica da ordem civil contra o fanatismo.

A tentativa de enquadrar o Iluminismo em um *continuum* linear — uma coerência filosófica contínua do conservadorismo ao radicalismo, ou do Iluminismo Radical ao Moderado — revela-se, portanto, insuficiente como solução ao excepcionalismo de Venturi. Como aponta Antoine Lilti (2024, pp. 7-29, 227-230), o caráter "artificial" e "pouco produtivo" dessas categorias deriva de uma falsa sensação de causalidade, como se uma posição filosófica implicasse automaticamente em uma posição política correspondente. O estudo de Rainsford, quando confrontado com seu contexto linguístico, tensiona leituras que procuram coerências maniqueístas nas linguagens políticas. Em seu

contexto, a radicalidade não repousa na coerência teórica, mas sim nas contradições que certos discursos mobilizam para uma nova legitimação (*ib.*, p. 232). Retomando Lilti: "A modernidade não é mais o gesto brilhante da ruptura radical, mas um trabalho paciente da tradição contra si mesma" (*ib.*, p. 234).

Em última análise, a operação intelectual de Rainsford expõe a profunda plasticidade das linguagens políticas iluministas, constituindo não doutrinas estáticas, mas recursos retóricos disponíveis[35]. A partir da análise da trajetória de Rainsford, procurei demonstrar que o "Iluminismo Insular" operou não de forma doutrinária, mas como uma ferramenta versátil e ambivalente de legitimação. Longe de operar por uma oposição rígida entre tradição e ruptura, esse horizonte permitia que a erudição clássica, a história e a defesa da ordem civil fossem mobilizadas de forma ambivalente, inclusive para validar transformações profundas. Assim, a legitimação apaixonada da Revolução Gloriosa, a crítica fervorosa à Francesa e o panegírico da Haitiana puderam operar sob a mesma chave tradicional. Rainsford não abandona o vocabulário moderado de ordem e virtude cívica; ao contrário, ele o instrumentaliza para abarcar a revolução caribenha na tradição britânica e clássica. Isso confirma que, para além das dicotomias estáticas e doutrinárias, o Iluminismo operava como um repertório flexível e ambivalente, tomando diferentes roupagens para diferentes objetivos políticos e filosóficos. As possíveis contradições se revelam como uma chave para a compreensão das ambivalências básicas da operação discursiva iluminista.

Referências

Fontes primárias

[COBBETT, William]. **The Parliamentary History of England, from the earliest period to the year 1803**. v. XXXII (27/05/1795-02/03/1797). Peterborough: T. C. Hansard, 1818a. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015087751536&seq=19. Acesso em: 10 abr. 2026.

[COBBETT, William]. **The Parliamentary History of England, from the earliest period to the year 1803**. v. XXXIII (03/03/1797-30/11/1798). Peterborough: T. C. Hansard, 1818b. Disponível em: https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015087751528&seq=11. Acesso em: 10 abr. 2026.

[35] Proponho aqui estender à categoria de "Iluminismo" a mesma abordagem que Pocock confere ao "Republicanismo" no século XVIII: não como uma doutrina ou conjunto fixo de valores, mas como uma linguagem política e ferramenta discursiva. Para uma análise das abordagens e disputas sobre o Republicanismo da década de 1790 na "Escola de Cambridge", ver: Philp, 2014, pp. 102-120.

GILLRAY, James. **Tom Paine's Nightly Pest.** Londres: Hannah Humphrey, 1792. 1 gravura (água-forte colorida à mão). Acervo do The British Museum. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1851-0901-625. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAINSFORD, [Marcus]. **A Memoir of Transactions that took place in St. Domingo, in the spring of 1799.** Londres: R.B. Scott, 1802a. Disponível em: https://archive.org/details/memoiroftransact00rain. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAINSFORD, Marcus. **The Revolution, Or, Britain Delivered: A Poem**. 3. ed. Londres: R. B. Scott. 1801. Disponível fisicamente na British Library (Londres, Inglaterra).

RAINSFORD, Marcus. **St. Domingo, or an Historical, Political and Military Sketch of The Black Republic**. 2. ed. Londres: R. B. Scott, 1802b. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/St_Domingo_or_an_historical_political_an/0LZXAAAAcAAJ?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAINSFORD, Marcus. **St. Domingo, or an Historical, Political and Military Sketch of The Projected Black Republic**. 3. ed. Londres: R. B. Scott, 1802c. Disponível fisicamente na The Harry Elkins Widener Memorial Library (Harvard University, Cambridge, EUA).

RAINSFORD, Marcus. **An Historical Account of the Black Empire of Hayti**. Londres: James Cundee, 1805. Disponível em: https://archive.org/details/historicalaccoun00rain. Acesso em: 10 abr. 2026.

[RAINSFORD, Marcus]. **The Revolution; Or, Britain Delivered: A Poem in Twelve Cantos, with Notes Historical and Explanatory**. Edinburgh: Creech; e Londres: Cadell, 1791. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/The_Revolution_Or_Britain_Delivered_A_Po/LU-ZANabKe8C?hl=pt-BR&gbpv=0. Acesso em: 10 abr. 2026.

[RAINSFORD, Marcus]. **The Revolution, Or, Britain Delivered**: A Poem in Ten Cantos. 2. ed. Londres: R. B. Scott. 1800. Disponível em: https://archive.org/details/bim_eighteenth-century_the-revolution-or-brita_1800/mode/2up. Acesso em: 10 abr. 2026. (edição incompleta, sem a folha de rosto e outros detalhes). A edição completa encontra-se disponível no catálogo online da *Biblioteca Nazionale di Torino* (Itália), cujo site atualmente está fora do ar.

VIRGÍLIO. **The Works of Virgil: Containing His Pastorals, Georgics, and Æneis**. Tradução de Mr. [John] Dryden. Londres: Jacob Tonson, 1697. Disponível em: https://archive.org/details/drydenworksofvirgil. Acesso em: 10 abr. 2026.

VIRGÍLIO. **Eneida.** Tradução de Manuel Odorico Mendes. Edição bilíngue. [S. l.]: Montecristo Editora, 2017. *E-book*.

Bibliografia

ASPINALL, Arthur. The Reporting and Publishing of the House of Commons Debates 1771-1834. *In*: PARES, Richard; Taylor, Alan J. P. (org.). **Essays presented to Sir Lewis Namier**, London: MacMillan & Co, 1956. p. 227-257.

BELL, Robert H. Dryden's "Aeneid" as English Augustan Epic. **Criticism**, v. 19, n. 1, p. 34–50, 1977.

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel, Haiti, and Universal History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

BUTTERFIELD, H. Charles James Fox and the Whig Opposition in 1792. **The Cambridge Historical Journal,** v. 9, n. 3, p. 293-330, 1949.

DAUT, Marlene L. **Tropics of Haiti: race and the literary history of the Haitian Revolution in the Atlantic world, 1789-1865**. Liverpool: Liverpool University Press, 2015.

DICKINSON, Harry. T. **Liberty and Property: Political Ideology in Eighteenth-Century Britain**. Londres: Weindenfeld and Nicolson, 1977.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the New World: The story of the Haitian Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

FORTESCUE, James W. **A History of the British Army**. v. IV. Londres: Macmillan and Co., 1906.

GEGGUS, David P. **The British Occupation of Saint Domingue, 1793-98**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de História, Universidade de York, Inglaterra, 1978.

HARRIS, Ian. What Was Parliamentary Reporting? A Study of Aims and Results in the London Daily Newspapers, 1780–96. **Parliamentary History**, v. 39, n. 2, p. 255–275, 2020.

ISRAEL, Jonathan. J. G. A. Pocock and the "Language of Enlightenment" in his "Barbarism and Religion". **Journal of the History of Ideas**, v. 77, n. 1, p. 107-127, 2016.

KOEKKOEK, René. **The Citizenship Experiment: Contesting the Limits of Civic Equality and Participation in the Age of Revolutions**. Leiden: Brill, 2020.

LILTI, Antoine. **A Herança das Luzes: Ambivalências da Modernidade**. Niterói: Eduff, 2024.

MORI, Jennifer. **Britain in the Age of the French Revolution: 1785-1820**. Londres: Routledge, 2000.

PERL-ROSENTHAL, Nathan. Ideas of Revolution in the Age of Atlantic Revolutions. **Modern Intellectual History**, v. 20, p. 997-1022, 2023.

PHILP, Mark. **Reforming Ideas in Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

PIERROT, Grégory; YOUNGQUIST, Paul. Introduction. In: RAINSFORD, Marcus. **An Historical Account of the Black Empire of Hayti**. Edited by Paul Youngquist e Grégory Pierrot. xvii-lvi. Durham: Duke University Press, 2013.

POCOCK, J. G. A. **Virtue, Commerce and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

POCOCK, J. G. A. Enlightenment and Counter-Enlightenment, Revolution and Counter-Revolution: a eurosceptical enquiry. **History of Political Thought**. v. 20, n. 1, p. 125-139, 1999a.

POCOCK, J. G. A. **Barbarism and Religion, vol. 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.

POCOCK, J. G. A. Historiography and Enlightenment: a view of their history. **Modern Intellectual History**. v. 5, n. 1, p. 53-96, 2008.

SILVA, Amanda B. **A Revolução de São Domingos e os embates entre forças abolicionistas e escravistas no longo século XIX: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 167p, 2019.

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics vol. 1: Regarding Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SKINNER, Quentin. **Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

VENTURI, Franco. **Utopia e Reforma no Iluminismo**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2015.

WIDMER, Matthias. **Virgil after Dryden: Eighteenth-Century English Translations of the Aeneid**. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Critical Studies, University of Glasgow, Glasgow, 2016.